

USO RACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS NA GRAVIDEZ POR MORADORAS DO BAIRRO CRISTO JOÃO PESSOA – PB

OLIVEIRA, Eugênio Patrício de¹
BARBOSA, Ivett Thereza da Silva²
OLIVEIRA, Maria Auxiliadora de²
PEREIRA, Mayara de Melo²
SILVA, Bagnólia Araújo da³
CAVALCANTE, Fabiana de Andrade⁴

1 Discente bolsista

2 Discente colaborador

3 Professor colaborador, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Ciências Farmacêuticas, PROBEX

4 Professor orientador, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Fisiologia e Patologia, PROBEX

Resumo

O objetivo do trabalho foi traçar um perfil socioeconômico e investigar o uso racional de plantas medicinais em grávidas usuárias da Unidade Básica de Saúde - Vila Saúde, Cristo Redentor, João Pessoa – PB. Foi realizado um questionário sistemático avaliando o uso racional das plantas medicinais pelas gestantes. Foi verificado que as grávidas estavam na primeira gravidez (51%), a maioria era natural de João Pessoa (70%), viviam com seus companheiros em união estável (60%), haviam concluído o ensino fundamental (45%) e possuíam arrecadação mensal de até dois salários mínimos (51%). Dessas mulheres, 86% já fez uso de alguma planta medicinal, geralmente indicado por familiares, onde utilizavam as folhas (71%) na forma de chá (73%). Foram relatados o uso de 21 plantas medicinais. Entre estas, destacaram-se: “boldo” (*Peumus boldus*), “capim-santo” (*Cymbopogon citratus*) e “erva-cidreira” (*Lippia alba*). A planta mais referida como abortiva foi “quebra-pedra” (*Phyllanthus niruri*). Apesar do desconhecimento do uso racional das plantas na gestação, a maioria delas não fazia uso “por medo ou por insegurança no consumo”. Porém, conheciam poucas plantas que não podiam ser utilizadas no período gravídico. Diante da análise dos questionários foi percebido o grau elevado de desconhecimento do uso racional de plantas medicinais na gravidez, bem como no seu uso popular. Tal fato indica um risco epidemiológico grande para acometimento de teratogenia e/ou aborto pelo uso irracional dessas plantas. Isso sustenta a necessidade de praticar educação em saúde com esse grupo a fim de diminuir as possíveis causas de uso abusivo das plantas medicinais.

Palavras chaves: Plantas Mediciniais, uso racional, Gravidez.

INTRODUÇÃO

Sabendo-se que o uso de plantas medicinais ainda é um instrumento muito utilizado pela população, seja como curativo ou até mesmo como paliativo, escolheu-se o município de João Pessoa para investigar o uso racional de plantas medicinais, que além de ser uma prática frequente, também é utilizada por mulheres no período gestacional, para o alívio de alguns sintomas comuns nesse período.

Os consumidores de plantas em geral, cultivam a ideia errada de que, o fato das plantas medicinais serem um produto natural implica inocuidade, preferindo-as muitas vezes aos fármacos sintéticos (SOARES; SIMON, 1992). Entretanto, o potencial tóxico, a contaminação, entre outros, são fatores de risco para ocorrência de intoxicações e outras complicações decorrentes de seu uso (LANINI et al., 2009).

Na gravidez ocorrem alterações fisiológicas que são inerentes ao período, que, embora sejam consideradas normais, podem ocasionalmente originar sintomas desagradáveis à gestante, levando assim, à utilização de medicamentos para atenuar o desconforto. Essa necessidade que muitas gestantes têm em procurar nos medicamentos alívio para os seus sintomas causa grande preocupação quando a escolha recai sobre as plantas medicinais de uso corriqueiro pela população, tendo em vista, que muitos usuários desconhecem os efeitos adversos oriundos dessa prática, como por exemplo, o boldo, que pode causar efeito teratogênico e até causar morte do feto (MUCURY, 2008).

Algumas plantas medicinais possuem um potencial teratogênico e abortivo trazendo assim problemas quando utilizadas no período gestacional. A falta de conhecimento da toxicidade de espécies frequentemente utilizadas pode levar a consequências sérias, já que as plantas tóxicas possuem algum tipo de efeito lesivo ou substâncias nocivas, causando distúrbios ao organismo do homem ou de animais, pelo contato ou ingestão (OLIVEIRA; GONÇALVEZ, 2006) e se utilizadas durante a gravidez, em que a vida da mulher requer atenção especial, podem ser fatais, causando a morte da mãe e do feto (BAKKE et al., 2008). Surgindo, a partir disso, o grande interesse e a necessidade de um melhor conhecimento a cerca do bom uso e dos riscos que as plantas podem vir a provocar.

O conhecimento sobre a ação das plantas medicinais é de grande importância, tendo em vista os efeitos de algumas das plantas que geralmente não possui efeito adverso, mas no caso de gestantes pode levar a aborto ou teratogenia. Com isso, esse trabalho teve como objetivo realizar um levantamento das plantas medicinais que são utilizadas por usuárias grávidas da Unidade Básica de Saúde - Vila Saúde, Cristo Redentor, João Pessoa – PB, porém que podem causar algum efeito tóxico na gestação. E assim, contribuir para o uso adequado dessas plantas em gestantes. Além de, traçar um perfil socioeconômico destas grávidas.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho foi realizado juntamente a 50 gestantes usuárias da Unidade Básica de Saúde - Vila Saúde, Cristo Redentor, João Pessoa – PB, durante os meses de agosto a outubro de 2013, através de formulários semiestruturados, apresentando perguntas discursivas e objetivas, onde foram feitas perguntas a respeito do conhecimento das plantas que são contraindicadas na gestação e/ou lactação, bem como a forma de preparo e parte da planta que é utilizada. Também foi utilizado o questionário para análise socioeconômica das entrevistadas.

Foi aplicado um questionário às usuárias que se encontravam grávidas no período de levantamentos de dados do projeto de extensão. Foi possível traçar o perfil dessas mulheres em relação a condição socioeconômica, uso de plantas medicinais no período antes da gravidez e durante a gravidez, conhecimento de plantas com teor medicinal e de uso popular, e ainda as formas de preparação e de acondicionamento das plantas.

O perfil socioeconômico foi caracterizado, em sua maioria, por mulheres naturais de João Pessoa (70%), que estavam na primeira gravidez (51%), viviam com os seus companheiros em união estável sem oficialização em cartório (59%), haviam concluído o ensino fundamental (45%), tinham uma arrecadação mensal em suas casas de um a dois salários mínimos em que o principal contribuinte era o seu companheiro ou marido (70%). O uso de plantas medicinais em algum período de suas vidas foi presente em (77%). Porém o uso era pouco frequente (76%) e geralmente estava associado ao fator doença (73%). O conhecimento das ações das plantas partia de indicações de familiares principalmente da mãe ou avó (65%). Adquiriam em hortas próprias (36%) ou compravam (36%). E geralmente fazia uso de apenas uma planta por vez, dessa forma sem haver misturas de componentes de diversas espécies (60%).

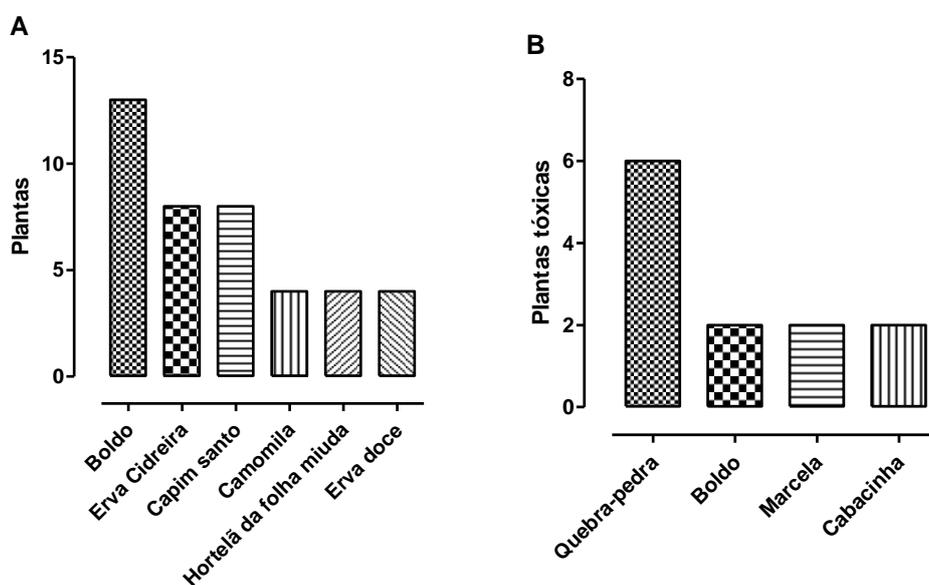
Quando questionadas sobre a segurança do uso de plantas medicinais na gravidez, a maioria (53%) respondeu que não usam, pois “poderia ser perigoso” e “preferiam não arriscar”, contudo “não tinham ideia dos reais riscos de consumir extratos de plantas durante a gravidez”. Nesse mesmo contexto de desconhecimento acerca do assunto, a maioria referia não conhecer quais as plantas que não podem ser utilizadas no período gravídico (70%). Quando se perguntou se conheciam alguém que após ter feito o uso de plantas medicinais, gerou problemas intencionais ou secundários para a gravidez, metade das entrevistadas respondeu sim e metade desconhecia, ainda

nenhuma respondeu qual o dano aconteceu com a pessoa que havia consumido plantas para aborto acidental ou intencional.

Com relação às formas de utilização das plantas medicinais, 73% das grávidas relataram utilizá-las na forma de chá, 15,5% na forma de xarope e 12% como lambedor. Em relação à parte da planta utilizada para o seu consumo, as grávidas relataram que utilizavam as folhas (71%), cascas (11%), raízes (11%) e flores (3%).

As entrevistadas relataram o uso de 21 plantas medicinais. As plantas medicinais que, segundo as entrevistadas, são utilizadas corriqueiramente foram “boldo” (*Peumus boldus*), “erva-cidreira” (*Lippia alba*), “capim-santo” (*Cymbopogon citratus*), seguidos por “camomila” (*Matricaria recutita/Chamomilla recutita*), “erva-doce” (*Pimpinella anisum*) e “hortelã-da-folha-miúda (*Mentha spp.*)” (Gráfico 1A). Foram referidas apenas 11 espécies de plantas que, de acordo com as grávidas: “mulheres grávidas não devem fazer uso”. Apenas 43% conheciam plantas que não poderiam ser utilizadas durante a gravidez e/ou na lactação. E ainda, as que conheciam citaram poucas plantas, sendo a “quebra-pedra” (*Phyllanthus niruri*) a planta mais referida como abortiva por essas grávidas (30%). Assim, foi possível identificar o desconhecimento das entrevistadas, no que diz respeito sobre plantas tóxicas. Contudo, algumas dessas espécies são de uso habitual das moradoras, entre elas: “boldo” (*Peumus boldus*). Além da “quebra-pedra”, foi relatado: “boldo”, macela” (*Egletes viscosa*) e “cabacinha” (*Luffa operculata*) cada uma com 10% de citações (Gráfico 1B).

Gráfico 1- Relação de plantas medicinais utilizadas pelas grávidas (A) e que podem causar efeito tóxico (B) relatada pelas usuárias da Unidade Básica de Saúde - Vila Saúde, Cristo Redentor, João Pessoa – PB.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos questionários e de sua análise foi percebido o desconhecimento do uso racional de plantas medicinais na gravidez. Tal fato indica um risco epidemiológico grande para acometimento de teratogenia e aborto na gravidez.

Isso sustenta a necessidade de praticar educação em saúde com esse grupo, a fim de diminuir as possíveis causas de uso abusivo das plantas medicinais, utilizando práticas de caráter educativo como uma importante estratégia para prevenir e promover a saúde de gestante/feto e lactentes no que concerne à utilização de plantas medicinais. Principalmente, ao considerar que é comum encontrar pessoas que acreditam que como as plantas são naturais não ocasionam mal, e ainda possuem o pensamento de que por estar grávida não pode tomar nenhum medicamento. Assim, através desse estudo, visamos transmitir e trocar informações, enfatizando o que a literatura atual e específica trás sobre o assunto de forma acessível para a comunidade, a fim de diminuir as possíveis causas de uso abusivo das plantas medicinais.

REFERÊNCIAS

- BAKKE, L. A.; LEITE, R. S.; MARQUES, M. F. L.; BATISTA, L. M. Estudo comparativo sobre o conhecimento do uso de plantas abortivas entre alunas da área de saúde e da área de humanas da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 1, p. 24-31, 2008.
- LANINI, J.; DUARTE-ALMEIDA, J. M.; NAPPO, S.; CARLINI, E. A. *O que vêm da terra não faz mal* - relatos de problemas relacionados ao uso de plantas medicinais por raizeiros de Diadema/SP. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 19, n. 1, p. 121-129, 2009.
- MUCURY, C. C. S. M. G. **Etnofarmacologia e o período gestacional: os constituintes químicos e suas respectivas atividades biológicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, F. Q.; GONÇALVES, L. A. Conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterápicos e potencial de toxicidade por usuários de belo horizonte, minas gerais. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 3, n. 2, p. 36-41, 2006.
- SOARES, T. SIMON, A. Segurança do uso de plantas medicinais. **Boletim do CIM**, v. 4, p. 3-4, 1992.